

MONOGRAFIA

---

TCC/UNICAMP

B15e

2145 \FEF/687

MANUELA BAILÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA  
AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
-1997-

MANUELA BAILÃO



EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA  
AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Monografia apresentada  
como exigência parcial  
para obtenção do título  
de licenciada em  
Educação Física, pela  
Universidade Estadual de  
Campinas, sob a  
orientação do Prof. Ms.  
José Luiz Rodrigues.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
-1997-

## AGRADECIMENTOS

## AGRADECIMENTOS

*Ao meu pai, Ivan, por ter me dado a oportunidade e a possibilidade desta realização.*

*À minha mãe, Cheila, pela minha existência, e principalmente pela VIDA.*

*À vovó Ana, pela proteção e dedicação constantes.*

*Ao Free, pelo carinho e disposição de sempre.*

*Ao Tiago, meu irmão que me apoiou, me fez companhia, enfim, foi minha família aqui em Campinas.*

*À Luana e ao Ginho, meus irmãos, por algum motivo!*

*Aos familiares e amigos pelo carinho e admiração.*

*Ao meu orientador, José Luís, que me auxiliou em meio a tantas preocupações.*

*Aos professores Paulinho e Bil, por fazerem parte da realização dessa conquista.*

*Aos queridos, agora mais amigos do que mestres, Carminha e Jocimar por estimularem a minha consciência crítica e propiciarem a minha maturidade intelectual.*

*Aos amigos e amigas da FEF e da UNICAMP, pelos momentos, de angústia ou alegria (e mais de alegria), mas pelos MOMENTOS.*

*Em especial, sem desmerecer as outras, à Cris, minha TXAI, por motivos vários...*

*Ao meu ANJO DA GUARDA por estar sempre ao meu lado.*

*A cada um de vocês, o meu muito obrigada!*

MANUCAI

## DEDICATÓRIAS

## DEDICATÓRIAS

*"Txai é fruto da amizade entre pessoas de muitas raças e canta os povos dos rios, cerrados e florestas. A vontade é que as pessoas superem os preconceitos e reconheçam a diferença como qualidade de cada um.*

*Que a amizade tome conta de tudo aquilo em que acreditamos incorporando o sonho de descobrir em cada pessoa, que a gente respeita e gosta, uma outra metade da gente mesmo. Txai."*

**(Márcio Ferreira)**

## QUEM É O DEFICIENTE?

*Se você fracassa em enxergar a Pessoa  
Mas vê somente a deficiência  
Então quem é que é cego?*

*Se você não consegue escutar  
O grito por Justiça  
De seu irmão  
Então quem é surdo?*

*Se você não se comunica  
Com sua irmã  
Mas a mantém afastada de você  
Quem é o deficiente?*

*Se o seu coração ou sua mente  
Não entendem o seu vizinho  
Quem então tem deficiência mental?*

*Se você não se levanta pelos  
Direitos de todas as pessoas  
Quem então é o aleijado?  
(anônimo).*

A todas as pessoas que, com menos subsídios e mais desvantagens, lutam pela sobrevivência e pela vida num mundo tão marcado pelas discriminações de todas as naturezas, e ainda assim, conseguem resistir e viver dignamente.

Aos amigos do grupo GEDAI - UNICAMP, pela força de vontade para se superarem.

Às pessoas que de alguma forma lutam pelos direitos e pela igualdade de oportunidade às pessoas portadoras de deficiência, trabalho árduo, e de grande valor, embora pouco reconhecido.

*Não desistam!! "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena."*

*(Fernando Pessoa)*

## **SUMÁRIO**

## SUMÁRIO

1. RESUMO.....	pag.11
2. APRESENTAÇÃO.....	pag.13
3. CAPÍTULO 1.....	pag.16
• Breve Histórico da Educação Especial	
4. CAPÍTULO 2.....	pag.23
• Educação Especial e Integração	
5. CAPÍTULO 3.....	pag.27
• Políticas Governamentais: Propostas e Princípios Básicos da Integração	
• 3.1-Diretrizes de Ação.....	pag.31
• 3.2-No Brasil: “Educação para Todos”.....	pag.34
6. CAPÍTULO 4.....	pag.40
• Considerações a respeito do processo de Integração	
7. CAPÍTULO 5.....	pag.49
• O Papel da Educação Física	
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pag.55
9. BIBLIOGRAFIA.....	pag.57

## RESUMO

## RESUMO

Este trabalho trata da Inclusão das crianças portadoras de deficiência na rede regular de ensino. Para chegar até esse processo de integração, a educação dessas crianças passou por vários momentos, desde o atendimento em instituições especializadas, escolas especiais e por fim as escolas "normais", porém, em classes especiais ou por meio de outros recursos de atendimento. Atualmente, a luta pela educação das crianças com necessidades especiais se direciona para o atendimento integrado dessas crianças em escolas da rede regular. Em um primeiro momento, este trabalho faz "Um breve histórico da educação especial", em que serão retomadas as formas de atendimento e de tratamento da sociedade com relação às pessoas portadoras de deficiência, desde tempos antigos até quando se iniciam as tendências para a integração. Posteriormente, há algumas considerações acerca da Educação Especial e suas formas de atendimento e também acerca do seu papel dentro do processo de integração. O terceiro capítulo trata das propostas e políticas governamentais relativas à Integração, indicando os princípios básicos, diretrizes de ação e programas para o processo de Inclusão, em nível mundial e depois particularmente no Brasil. Após isso, são feitas considerações a respeito do processo de integração, de uma forma teórica, sobre que atitudes devem ser tomadas, que mudanças devem ser feitas no sistema de ensino e sobre a forma de tratamento que deve ser dado aos alunos. Em um último momento, o trabalho trata da Educação Física, enfocando-a como um elemento facilitador para o processo de Inclusão, apontando os benefícios que ela pode oferecer para que as crianças com necessidades especiais tenham melhoras no seu desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social, e assim, maiores possibilidades de integração.

## APRESENTAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

Falar de Direitos Humanos, igualdade de oportunidades, respeito ao próximo e consideração e aceitação das diferenças, entre outros “aspectos sociais” tratados neste trabalho, pode parecer assunto fora da realidade da Educação Física escolar. Mas ao falarmos de pessoas deficientes ou crianças com necessidades educativas especiais, este se torna um assunto a ser tratado com delicadeza e seriedade por todos aqueles que acreditam ser a escola um instrumento de transformação social.

A idéia deste trabalho surgiu a partir da veiculação comercial de uma campanha do governo e outras entidades pela *Escola para Todos*, com o intuito de sensibilizar a sociedade a favor da educação das crianças deficientes integrada à rede regular de ensino.

A partir daí passei a me questionar como seria a melhor forma de educar essas crianças, para que elas possam se desenvolver de maneira integral e serem tratadas como *crianças*, iguais às outras em seus direitos e deveres.

A INTEGRAÇÃO seria, então, a melhor forma de garantir igualdade de oportunidades e permitir que crianças portadoras de deficiência tenham chances de se relacionar com outras crianças e com elas estabelecer trocas para poderem crescer.

É na imitação e no espelhamento com outros que elas (e todas as crianças) se desenvolvem. Para isso, são necessários exemplos que as façam superar suas fraquezas e despertem as suas potencialidades. A igualdade nos relacionamentos não permite trocas e gera, portanto, uma estagnação no desenvolvimento.

A Educação Física será abordada como um elemento facilitador para o processo de integração, pois ao tratar o aluno como um ser de corpo e mente, favorece o desenvolvimento de todos os seus aspectos - motor, cognitivo, afetivo e social - essenciais para o relacionamento com outras pessoas e para o convívio em sociedade.

Dentro de um projeto amplo de educação, os princípios da integração vão além da simples inclusão de crianças com necessidades especiais dentro da rede

regular de ensino pois alerta a todos os envolvidos nesse processo para uma necessária revisão de todo o sistema educacional.

Tratar as crianças como seres únicos em suas individualidades, reconhecer suas diferenças e atender as suas necessidades é tarefa da educação como um todo, e não apenas da proposta para integração.

É visível o fracasso do nosso sistema escolar, portanto são necessárias medidas de atendimento especializado a todos que precisam, incluindo não só as crianças portadoras de deficiência, mas aquelas excluídas por motivos que também as tornam *portadoras de necessidades educativas especiais*.

Este trabalho não trata de como será feita a INTEGRAÇÃO e nem de quais são as crianças e tipos de deficiências elegíveis para esse processo; muito menos, dá receitas de como dar aulas em “escolas integradoras”.

O objetivo maior é alertar para o fato de que a melhor maneira para atingirmos uma “Educação para Todos” é através do respeito ao SER HUMANO, independente de qualquer fator, da eliminação do preconceito, da sensibilização da sociedade em relação às questões das pessoas portadoras de deficiência, e da criação de igualdade de oportunidades para que todos possam usufruir de seus direitos e exercer cidadania de forma digna.

Por fim, há uma única ressalva a fazer a respeito dos termos utilizados ao longo do trabalho para designar as pessoas portadoras de deficiência. Acredito não ser a designação (idiota, excepcional, deficiente, retardado, aleijado ou portador de necessidade especiais), e sim a atitude com relação a essas pessoas, a responsável pelas mudanças a favor de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Por esse motivo, utilizei diversos termos, respeitando as denominações dadas pelos autores e documentos pesquisados. O mesmo aconteceu com os termos *INTEGRAÇÃO* e *INCLUSÃO*. A fim de esclarecimentos superficiais, o primeiro se refere à simples inserção na escola daqueles que estavam fora dela; e o último, à não exclusão desde o princípio.

---

# CAPÍTULO 1

## Breve Histórico da Educação Especial

## BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo autores como MAZZOTA (1996), FONSECA (1995), SILVA (1986) e outros, os registros de como a pessoa deficiente tem sido tratada ao longo dos tempos afirmam que até o século XVIII, essas pessoas eram marginalizadas da sociedade, muitas vezes por razões religiosas que faziam todos acreditarem que a deficiência era ligada ao misticismo e às coisas do “demo” ou às coisas sagradas, vista ou como um castigo de DEUS, ou uma benção.

Como não havia base científica para explicar as razões reais da deficiência, essas pessoas causavam medo e estranheza na sociedade, sendo por esta ignoradas e discriminadas.

SILVA diz que a marginalização existe e sempre existiu na história da humanidade e “(...) o indivíduo deficiente quase sempre foi relegado a segundo plano, quando não apenas tolerado ou exterminado.” (1986,p.373).

Outra idéia existente era a de que a deficiência se caracterizava por uma condição imutável e portanto não eram criados serviços especializados no atendimento às pessoas deficientes, o que caracterizava uma total omissão da sociedade em relação a elas.

Essa foi a situação até que algumas pessoas começaram a se interessar pelas causas dos deficientes e passaram a criar medidas de sensibilização da sociedade e propor formas de atendimento a essa parcela marginalizada da população. Convém lembrar que isso só aconteceu quando o “clima social”<sup>1</sup> apresentou condições para que essas mudanças pudessem ocorrer. (MAZZOTA, 1996).

JANNUZZI (1992) e SILVA (1986) falam que isso ocorreu devido ao interesse dessas pessoas pelas causas de uma parcela marginalizada da população, mas também por outros fatores sociais, os quais eram de interesse de uma classe dominante; entre eles pode-se dizer que o ônus das pessoas

---

<sup>1</sup> Entende-se por “clima social”, segundo MAZZOTA, 1996, o “conjunto de crenças, valores, idéias, conhecimentos, meios materiais e políticos de uma sociedade em um dado momento histórico” (p.16).

deficientes para a sociedade era muito alto e por isso era preciso transformá-las em pessoas produtivas para se tornarem força de trabalho gerando lucros para o país.

Isso não aconteceu antes porque a mão-de-obra não instruída era barata e interessava “politicamente” para a sociedade da época. Porém com o início da industrialização tornou-se necessário instruir a população para que ela pudesse trabalhar. Além disso, os intelectuais queriam “*eleva o país ao nível do século*”, como nos diz JANNUZZI (1992,p.25), no momento em que o mundo todo sofria uma transformação.

Os primeiros movimentos em favor da educação dos deficientes começaram na Europa por volta do século XVII, e depois se espalharam para EUA e Canadá, chegando no Brasil e outros países ainda no século XVIII. Nesta época, mais precisamente entre os anos de 1854 e 1857, foram criadas no Brasil as primeiras instituições para educação de surdos-mudos e de cegos. Mais tarde, já no século XIX, foi criado um instituto de educação de deficientes físicos e teve início o atendimento educacional aos “débeis” ou deficientes mentais.

Essas instituições eram caracterizadas como escolas residenciais e especializadas no atendimento a alguma deficiência específica. Devido a essa característica, no final do século XIX, elas passaram a ser vistas como um tipo de “asilo” para pessoas que não tinham esperança de vida (principalmente os deficientes mentais) e, portanto, não eram adequadas para educação (MAZZOTA, 1996).

Nessa época se criaram as primeiras classes especiais em sistema de externato, ou seja, onde se ia para estudar e ali não se morava.

Em meados do século XIX foi criada, em Nova York, a primeira associação de pais de crianças deficientes (New York State Cerebral Palsy Association)<sup>2</sup> que começou a arrecadar fundos, tanto para tratamento quanto para pesquisas, e a estimular as organizações do governo a criarem uma nova legislação que oferecesse recursos para a pesquisa, treinamento profissional e tratamento.

---

<sup>2</sup> Essa era uma associação de pais de crianças com paralisia cerebral - Associação de Paralisados Cerebrais do Estado de Nova York.

Essa associação influenciou a organização de outras associações de pais em prol da educação de seus filhos excluídos das escolas, inclusive pela existência de leis e regulamentos obstaculizadores, como afirma MAZZOTA (1996). Uma delas foi a NARC (National Association for Retarded Children)<sup>3</sup>, que buscava o atendimento das crianças deficientes em escolas públicas.

Vale aqui ressaltar a importância que essas associações tiveram e ainda têm na luta pela integração das pessoas deficientes dentro da sociedade. No Brasil essa influência levou, por volta de 1950, à criação da APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), uma instituição que ainda hoje se destaca pelo atendimento a um público de condições menos favorecidas.

O atendimento escolar especializado para pessoas deficientes teve início em nosso país mais especificamente em 1854, quando foi fundado, por D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (Hoje, Instituto Benjamin Constant), segundo MAZZOTA (1996). A partir daí foram criadas outras instituições, públicas e particulares, especializadas no atendimento a deficientes, contando sempre com o apoio do governo e outras entidades para doações, infra-estrutura física e de equipamentos, financiamentos, contribuições, campanhas e convênios.

No início do século XX começaram a ser publicados os primeiros trabalhos científicos e técnicos tratando do assunto. Foram também realizados alguns congressos relativos à educação de deficientes e formação de professores especializados. Isso tudo indicava, de acordo com MAZZOTA (1996), um interesse crescente da sociedade para com a pessoa deficiente.

Apesar de todas as contribuições e importância do atendimento especializado, um dos problemas observados é que muitas vezes se confunde educação com reabilitação. Isso acaba por transformar o sistema educacional em sistema médico-pedagógico, caracterizado por um modelo terapêutico de atendimento, baseado numa linha preventiva e corretiva da deficiência.

De acordo com FONSECA,

*“as sociedades civilizadas não podem se contentar em dar assistência aos deficientes, pois assistelhes o direito fundamental de otimizar e*

---

<sup>3</sup> Associação Nacional para Crianças Retardadas

*maximizarem os seus potenciais habilitativos e cognitivos. Se os serviços educacionais e reabilitativos falharem nesta obrigação social, cada vez mais se deficientarão os deficientes, impedindo-os de contribuírem, ativa e produtivamente para a vida da comunidade onde devem estar inseridos.” (1995,p.67).*

A educação dos deficientes na escola passou então a se realizar com a criação de legislação e normas da Educação Especial. Segundo MAZZOTA (1996,p.68), *“a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 4024/61, que reafirmando o direito dos excepcionais à educação indica em seu Artigo 88 que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação”*. O termo “dentro do possível” deixa claro que, por qualquer motivo que dificulte esse processo, a criança deve ter condições especiais de educação.

Uma questão importante evidenciada na legislação é a *“relação direta e necessária entre deficiência e educação especial”* (MAZZOTA, 1996,p.75). Pode ser notada na definição legal de Educação Especial:

*“processo de desenvolvimento global das potencialidades de pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas do seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação inicial até os graus superiores de ensino.” (MAZZOTA, 1996,p.117).*

A nova Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988 em seu Capítulo III, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, Artigo 208, define que, *“o dever de Estado com a Educação será mediante a garantia de (...) atendimento educacional especializado dos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”* (MAZZOTA, 1996,p.77).

Com isto, a educação dos deficientes passou das instituições para o sistema regular de ensino, em classes especiais na escola pública, com professor itinerante

e/ou professores (pouco) especializados, salas de recursos e com “garantias didáticas diferenciadas”, dentre elas, o currículo, o desenvolvimento do currículo e a qualificação dos professores, (MAZZOTA, 1996).

Essa nova perspectiva traz a mudança do termo “pessoa deficiente” para “pessoa portadora de deficiência” e mais tarde, “pessoa portadora de necessidades especiais”, e no que tange à escola, se refere mais especificamente à “pessoa COM necessidades educativas especiais” (e não mais PORTADORA).

E os termos estão sempre em mudança dentro dos textos legais, mas não é isso o mais importante, e sim, um sério compromisso com a Educação Especial, cujas diretrizes deveriam estar inseridas numa política de educação ampla. Afinal, as pessoas deficientes têm necessidades diferentes, contudo o objetivo da educação é o mesmo para todos: desenvolver ao máximo as potencialidades dos alunos objetivando o exercício consciente da cidadania.

O que fica evidente nos Planos Nacionais de Educação, segundo MAZZOTA (1996), é que a Educação Especial não tem uma definição clara pois falta um compromisso governamental para com a educação dos alunos portadores de deficiência no contexto de sua política educacional.

Essa situação de indefinição pode ser explicada pelas circunstâncias em que ocorreu a evolução do atendimento às pessoas portadoras de deficiência, iniciada com um caráter assistencialista, que procurava dar assistência às pessoas que tinham certas “diferenças” e por isso eram discriminadas da sociedade. Dessa forma, as instituições assistenciais procuravam acolher essas pessoas. Depois apareceram as medidas preventivas e curativas, o que levou às organizações assistenciais e terapêuticas, com um caráter médico-educativo, que além de professores, seu maior objetivo era ter profissionais da área de saúde (médicos, psicólogos, fonaudólogos, etc.) com o intuito de “recuperar” a deficiência. Lentamente o atendimento passou a ser realizado por instituições educacionais propriamente ditas, integradas ao sistema de ensino.

Esses fatores levaram o atendimento educacional dos portadores de deficiência a ter atualmente um caráter indefinido dentro das normas federais, por sofrer influências diversas ao longo da história.

Finalmente, as tendências atuais para a educação das pessoas deficientes convergem para a integração. Como diz MAZZOTA, a partir de 1990, reconhece-se uma *“tendência das ações governamentais para a educação escolar integrada”* (1996,p.177), com a busca pelo MEC de *“alternativas que viabilizem a inclusão de portadores de deficiência na rede regular de ensino.”*

Quanto a isso, FONSECA afirma:

*“a grande convicção do futuro é que as crianças deficientes tenham as mesmas oportunidades que as crianças não deficientes, pois cabem-lhes as mesmas e legítimas aspirações de realização pessoal e de participação e transformação social.”* (1995,p.196).

## CAPÍTULO 2

### Educação Especial e Integração

## EDUCAÇÃO ESPECIAL E INTEGRAÇÃO

A Educação Especial, segundo CANZIANI (1985), se integra ao sistema de educação comum, se diferenciando pelo contexto em que está inserida, pelos seus métodos, técnicas e procedimentos. Seu objetivo é dar oportunidade às pessoas com necessidades especiais, derivadas de impedimentos, deficiências ou incapacidades, de desenvolver ao máximo suas potencialidades e condições, oportunizando os meios para que isso possa acontecer.

A “educação dos deficientes” se caracteriza principalmente pela segregação dessas pessoas em relação às pessoas normais porque ela acontece em ambientes separados, fora das escolas do sistema regular de ensino, ou quando dentro delas, em “classes especiais”, diferentes das salas comuns e muitas vezes vistas como “depósitos” de crianças que não se ajustam ao sistema de ensino.

Os critérios que levam uma criança a ser inserida na classe especial são na maioria das vezes revelados por um diagnóstico, feito por uma equipe formada por psicólogos ou médicos neurologistas, que comprove alguma excepcionalidade. Nota-se com isso que é o sistema terapêutico e não o pedagógico que encaminha as crianças às classes especiais.

Esse encaminhamento se dá normalmente na fase de alfabetização, quando o aluno apresenta comportamentos inadequados e não têm os resultados esperados. Muitas vezes essa atitude se transforma num “caminho sem volta”, em que o aluno levado à classe especial quase sempre não terá chances de se reintegrar ao sistema regular. (CÓRREA, apud CARRARO, 1997).

O resultado desse processo é um grande número de crianças consideradas deficientes (mentais) mas na realidade a maioria delas não o são.

O processo de encaminhar essas crianças para as classes especiais não se justifica, e acaba se tornando uma solução para os problemas de comportamento ou de aprendizagem, que deveriam ser resolvidos por um sistema de ensino adequado a todos.

FONSECA (1995) diz que *“a escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana.”* (p.202). e ainda:

*“É falso e displicente supor que as crianças deficientes não dispõem da capacidade de aprendizagem. Nelas a disposição é outra, mais lenta e diferente, mas isso não quer dizer que tal condição seja extinta ou ausente.”* (p.206).

O mais grave dos problemas de vivenciar uma classe especial é o rótulo de excepcional que a criança passa a carregar, transformando-a na *“única responsável pelo fracasso escolar, em detrimento de inúmeros outros fatores sociais, culturais e ambientais que a cercam.”* (CARRARO, 1997,p.221). Dessa forma, a sociedade, a instituição escolar e seus sistemas pedagógicos ficam isentos da responsabilidade, que recai somente na criança. (COLLARES et MOYSÉS, apud CARRARO, 1997).

As modalidades de atendimento em escolas públicas às crianças deficientes são realizados, segundo TIBOLA, (1997) em:

- classes comuns: atendem *“aqueles educandos cujas limitações, decorrentes da deficiência não constituem obstáculo para a aprendizagem.”* (p.134);
- classe especiais: dão atendimento especializado para os educandos que não têm condições de acompanhar a classe comum, devido ao seu nível de desenvolvimento. Nesse caso, o professor deve encaminhá-los à classe comum quando demonstrarem condições de aprendizagem satisfatórias e compatíveis com as exigências do sistema comum;
- salas de recursos: estão na escola regular e dispõe de materiais e equipamentos e professor especializado para oferecer apoio pedagógico para que o aluno permaneça na sala comum;
- ensino itinerante: professor especializado presta serviços a um grupo de escolas que atendem alunos com necessidades educativas especiais. Deve prover material adaptado, orientar o professor de sala e auxiliar alunos deficientes visuais e auditivos no manuseio e exploração dos materiais.

Além destas modalidades, existem ainda os centros de reabilitação, residências ou lares e centros-dia, instituições mais ligadas ao sistema terapêutico do que educacional, não sendo o caso deste estudo.

Segundo SILVA (1986), a Educação Especial é uma continuação da segregação, mas também alternativa de participação do deficiente na vida cotidiana. Assim, embora a integração das crianças com necessidades especiais em escolas da rede regular seja uma tendência atual, não se pode perder de vista o importante papel das Escolas Especiais.

Primeiro, no caso da escola comum *“não satisfazer as necessidades educativas ou sociais da criança, ou quando necessário para o bem estar da própria ou das outras crianças”* (Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, 1994,p.24). Quanto a isso, FONSECA afirma:

*“as escolas especiais só deverão existir quando as crianças revelam deficiências severas e complexas, quer no aspecto sensorial, quer no intelectual e motor, ou então no caso de comportamentos e desordens emocionais extremas. Em qualquer dos casos, nunca se deve pensar no isolamento institucional. A ligação da escola especial à escola normal é indispensável.”* (1995,p.197-8).

Em segundo lugar, elas podem constituir um bom recurso para criação de escolas integradoras, pois seus profissionais têm mais conhecimento acerca do público. Além disso, podem servir como centro de formação de professores e pessoal para a escola normal e de prestação de apoio profissional. Também podem auxiliar a escola comum na adaptação do conteúdo e método dos programas de estudo às necessidades individuais dos alunos. Por fim, podem se constituir em centros especializados com bons recursos de pessoal e equipamentos aos quais as demais escolas poderiam recorrer.

## CAPÍTULO 3

### Políticas Governamentais: Propostas e Princípios Básicos da Integração

## POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

### PROPOSTAS E PRINCÍPIOS BÁSICOS DA INTEGRAÇÃO

Os documentos relativos à questão da Integração têm, de acordo com a “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, (Espanha, 1994), o objetivo de analisar as mudanças políticas fundamentais e necessárias para o enfoque da Educação Integradora, capacitando realmente as escolas para atender a todas as crianças, sobretudo as que têm “necessidades educativas especiais”<sup>4</sup>.

A base para isso é o princípio da integração e reconhecimento da necessidade de ação para conseguir “escola para todos”, ou seja, instituições que incluam a todos, reconheçam as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam às necessidades de cada um.

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA proclama que: todas as crianças têm direito fundamental à educação e devem ter a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimento, independente de suas características próprias e individuais, seus interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem.

O sistema educativo e os programas de ensino devem ser planejados e aplicados tendo em vista as diferenças dos alunos, constituindo assim, uma pedagogia centralizada na criança, que seja capaz de atender qualquer tipo de necessidade de aprendizagem, inclusive as das “crianças portadoras de necessidades educativas especiais”, dentro de uma mesma escola comum, que com sua

*“orientação integradora representa o meio mais eficaz de combater as atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos; além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhora a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educativo”.(p.10).*

<sup>4</sup> Essa expressão diz respeito às crianças com necessidades decorrentes de sua capacidade ou dificuldade de aprendizagem.

Definidos como papéis governamentais para com a Educação Inclusiva, estabelece-se que os governos devem dar prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos com a finalidade de acolher a todas as crianças independente de suas diferenças ou dificuldades individuais. Além disso é preciso garantir com força de lei ou como política, a matrícula de todas as crianças em escolas comuns.

Mecanismos descentralizados e participativos de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças com necessidades educativas especiais devem ser criados, despendendo maiores esforços para identificação e estratégias de intervenção, assegurando que os programas de formação de professores estejam voltados para atender as necessidades educativas especiais nas escolas integradoras.

Em resumo, é necessária a reformulação das políticas educacionais, das estruturas escolares, dos planejamentos e sistemas de ensino e também da formação de professores para atingirmos uma educação inclusiva.

A partir disso, podemos perceber que o processo de integração não ocorrerá “do dia para a noite” e não depende apenas da vontade de alguns interessados na luta pela ESCOLA PARA TODOS. Não é possível prever quanto tempo será necessário para alcançarmos esse objetivo, mas é preciso dar início a esse processo, mesmo que ele demore um, dois ou dez anos.

Os governos com programas de cooperação e organizações internacionais podem dar apoio e auxiliar a divulgação para implementação dos programas de Educação Inclusiva através da arrecadação de fundos, incentivo à pesquisa, prestação de serviços à comunidade, tentando trazê-la para a luta pela “Escola para Todos”.

A meta principal das escolas integradoras é desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar a todos sem distinção. Além disso, contribui-se em muito para corrigir atitudes discriminatórias e cria-se uma sociedade mais acolhedora e solidária.

Parte-se do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e que por isso, o ensino deve se ajustar às necessidades de cada educando, em vez dele ter que se adaptar ao sistema educativo com ritmos e princípios padronizados, caso contrário, ocorre a exclusão.

O fator fundamental da educação integradora consiste na aprendizagem conjunta de todas as crianças, independentemente das dificuldades e diferenças. Para isso deve reconhecer e atender as diferentes necessidades dos alunos adaptando-se aos seus diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e garantindo um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudo, boa organização escolar e utilização de recursos.

Além das vantagens para a criança, essa idéia pode reduzir os custos do governo pois auxilia na redução dos fracassos escolares, repetência e evasão (não só das crianças deficientes) ao desenvolver estratégias que possibilitem igualdade de oportunidades.

Como pode se perceber, é proposta uma reforma do sistema de ensino para promover um maior aproveitamento escolar de todos, porém,

*“a reforma das instituições sociais não é só uma tarefa técnica, mas também depende, antes de tudo, da convicção, do compromisso e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade.”*  
(Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, 1994,p.23).

### 3.1-Diretrizes de Ação

## DIRETRIZES DE AÇÃO

De acordo com a **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais** (1994), algumas considerações, a respeito do que deve ser feito com relação aos vários fatores envolvidos no processo da Integração, são necessárias.

### ⇒Fatores escolares:

- adotar sistemas mais flexíveis e adaptáveis que considerem as diferentes necessidades das crianças, oferecendo opções curriculares de acordo com as capacidades e interesses das mesmas;
- garantir às crianças com necessidades educativas especiais, ao invés de um programa de estudo diferente, o apoio adicional, que garanta a igualdade de ensino para todos;
- relacionar os conteúdos educacionais com a experiência própria dos alunos e com seus interesses, o que gera maior motivação;
- rever os procedimentos de avaliação de modo que o professor, bem como o aluno, tenham conhecimento do grau de aprendizagem alcançado, e também de forma que possibilite-se a identificação das dificuldades para ajudar professor e aluno a superá-las;
- responsabilizar a escola como um todo e não só o professor pelo êxito ou fracasso de cada aluno, tornando a responsabilidade do ensino de toda a comunidade escolar.

### ⇒Contratação e Formação de Pessoal Docente:

- qualificar recursos humanos se constitui num fator chave para propiciar mudanças;
- dar orientação positiva sobre a deficiência, acreditando nos resultados pela educação;

- transmitir a todos os professores conhecimento e informações para serem capazes de avaliar as necessidades especiais, de adaptar o conteúdo do programa de estudo e de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender às diferentes aptidões;
- oferecer aos professores cursos de capacitação e aperfeiçoamento em educação especial.

#### ⇒Participação da Comunidade:

- buscar "*cooperação das famílias, mobilização da comunidade, organização de voluntários e apoio de todos os cidadãos*" (p.43).
- sensibilizar a população para eliminar preconceitos e acreditar no potencial da pessoa deficiente.

#### ⇒Recursos Necessários:

- implantar escolas integradoras como parte de um compromisso político, a fim de se obter novos recursos ou remanejar os já existentes;
- criar projetos pilotos;
- apoiar a formação de professores;
- implantar centros de recursos;
- promover assistência técnica.

#### ⇒Apoio Internacional:

- promover intercâmbios de dados, informações e resultados obtidos;
- estimular medidas de prevenção da deficiência por meio da educação;
- tratar a educação especial como um tema em si mesmo, e não à parte.

### 3.2-No Brasil: “Educação para Todos”

## NO BRASIL, "EDUCAÇÃO PARA TODOS":

A campanha intitulada Educação para Todos, segundo SANTOS (1997), se constitui num compromisso de combate à exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional. No que diz respeito à educação das pessoas com deficiência, é preciso que as leis, propostas, documentos, portarias, etc., saiam do papel e se transformem numa realidade.

FONSECA propõe:

*"devemos superar os debates técnicos entre as vantagens e os inconvenientes da integração e concentrar os esforços nas exigências práticas que o problema coloca." (1995,p.196).*

Os empecilhos no atendimento a esse alunado, de acordo com SANTOS (1997), derivam do preconceito e do desconhecimento acerca dele, de seus direitos, suas potencialidades e necessidades, além da insuficiência de profissionais capacitados e da escassez dos serviços públicos.

Somado a isso tudo ainda têm-se um excessivo número de alunos em sala, as dificuldades de aprendizagem, as formas de avaliação, uma descontinuidade dos programas e as mudanças de governo e salas de aula sem condições de trabalho. (GLAT, apud CARNEIRO, 1997).

E para piorar, MANTOAN (apud CARNEIRO, 1997), ainda acrescenta o receio que os pais de crianças normais têm de que a escola rebaixe os padrões de ensino para dar lugar aos deficientes, e o medo que eles têm do contágio de comportamentos inconvenientes.

SANTOS (1997) faz referência em seu artigo ao Programa de Municipalização da Educação Especial, que está sendo realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto - MEC. Esse Programa, segundo a autora, visa:

*“a sensibilização e o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade em geral, em que se procura modificar posturas e atitudes que dificultam a convivência com os portadores de deficiência(...)”* (p.6),

aspectos essenciais para que as pessoas com deficiência exerçam sua cidadania de forma efetiva.

O MEC em parceria com os municípios objetiva com esse programa a expansão da *“oferta de atendimento educacional adequado a esses alunos na rede municipal de ensino (...)”* (SANTOS, 1997,p.6). Para isso foram estabelecidas pelo MEC algumas etapas do programa para os anos de 1997/98:

- *“veicular a Campanha de Integração do Aluno com Deficiência na Rede Regular de Ensino, através dos meios de comunicação;*
- *realizar reuniões técnicas para a capacitação de multiplicadores com vistas na implantação do programa;*
- *promover reuniões com prefeitos e demais gestores da educação;*
- *promover a sensibilização da comunidade escolar;*
- *apoiar e subsidiar programas de capacitação de educadores;*
- *oferecer suporte técnico e financeiro para implantação e implementação de políticas, programas, projetos e serviços de atendimento educacional a essa população.”* (SANTOS, 1997,p.6).

SANTOS diz ainda da existência de outros programas que têm como meta principal, ou parte dela, a integração do aluno deficiente na rede regular de ensino. Dentre eles está o ACORDA, BRASIL, programa do Governo que com o apoio da sociedade visa *“assegurar justiça social por meio da educação”*. A viabilização desses programas conta com a parceria da UNICEF e da SORRI - BRASIL, entidade filantrópica que tem Centros de Reabilitação Profissional e participou da produção da campanha e materiais de divulgação da mesma, utilizando para tal o projeto “Turma do Bairro”, que é um *“teatro de bonecos que discute com a comunidade a questão da integração do aluno com deficiência na rede regular de*

*ensino.*" (p.7), e que já deve ter sido visto nas "propagandas" veiculadas pela televisão.

Ao analisar as propostas de integração da criança com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, percebe-se uma certa utopia no que diz respeito às mudanças que devem ser realizadas numa estrutura escolar que já está solidificada.

É preciso, porém, ficar claro que essas mudanças não são relativas somente ao processo de integração da criança deficiente e sim, à criação de igualdade de oportunidades para que todos tenham acesso à educação, sendo respeitados como seres humanos em suas individualidades e tendo direito a exercer sua cidadania.

MANTOAN diz que a escola deve adotar

*"novos procedimentos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de sua prática, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades que ora mais, ora menos, todos os aprendizes demonstram. Esse esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais de ensino fundamental tem como conseqüência natural a inclusão escolar e garante o cumprimento do princípio democrático de educação para todos, que só se concretiza nos sistemas educacionais especializados em todos os alunos e não apenas em alguns deles, os deficientes."* (p.3).

As palavras de FONSECA elucidam bem o que se propõe:

*"advogamos uma filosofia educacional em que qualquer criança, independentemente do seu potencial de aprendizagem (normal ou atípico), deverá ter o direito à uma educação que lhe permita realizar o seu máximo potencial humano."* (1995,p.106).

Somos todos diferentes, nem melhores e nem piores, em alguns aspectos. Mas todos com potencialidades para crescer e se superar. Temos todos necessidades particulares que devem ser aceitas e atendidas por uma sociedade que se diz democrática.

MANTOAN afirma ainda que:

*“podemos reunir os problemas suscitados pela inclusão de deficientes (mentais) num conjunto de respostas pedagógicas que buscamos para desvendar sua competência, porque esses alunos têm o direito de viver desafios para desenvolver suas capacidades e de conquistar autonomia social e intelectual, decidindo, escolhendo, tomando iniciativas, em função de suas necessidades e motivações.” (p.4).*

Acredito que a escola, depois do próprio lar ( para alguns), seja o primeiro lugar de verdadeira prática ao acesso da cidadania, através do entendimento de regras, noções de socialização, respeito mútuo entre alunos, professores, funcionários e outros, cumprimento de tarefas, horários, direitos e deveres.

Por isso é urgente que a escola se constitua num lugar onde todos se adaptem, indiferente de suas particularidades e onde não haja preconceito, marginalização, exclusão e que seja um espaço de preparação para a vida em sociedade, em que todos sejam tratados e se respeitem como pessoas iguais em seus direitos e deveres, apesar de algumas diferenças físicas, mentais, culturais ou intelectuais.

De acordo com o **Programa Escola Inclusiva do Projeto de Assessoria Pedagógica à Secretaria de Educação do Município de Santo André/SP**, pelo qual MANTOAN é responsável, existe

*“a necessidade de se repensar a escola sob um novo paradigma, que resignifica o seu papel na sociedade pós-contemporânea, não se limitando apenas a determinados segmentos sociais, mas ao atendimento democrático de todos os educandos. A autonomia social e intelectual são objetivos das escolas inclusivas(...).”*

Dessa forma, é fundamental que exista uma verdadeira participação de todos e não apenas propostas para a realização de mudanças, que precisam realmente ser efetivas. E todos inclui não só o governo, educadores e outros responsáveis pela educação, mas sim a sociedade como um todo, a comunidade, profissionais de outras áreas que se interessem e se engajem na luta pela igualdade de direitos das pessoas com necessidades especiais.

Inclui-se aí também a própria pessoa deficiente, afinal, de acordo com SILVA (1986), o processo de integração deve ocorrer como resultado da cooperação entre as partes, a sociedade e o indivíduo deficiente que deve ser trabalhado, pois:

*“A sociedade não poderá jamais integrar uma pessoa sequer. Ela poderá apenas oferecer as possibilidades de integração e ficar disponível para tanto. O trabalho de chegar a essa situação integrada dependerá da própria pessoa deficiente.”*  
(p.378).

## CAPÍTULO 4

### Considerações a respeito do processo de Integração

## CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

*“Ser diferente é bem próprio da natureza humana e as diferenças são de caráter universal. No entanto há vagos limites de tolerância para essas diferenças individuais entre os homens (...)” (SILVA, 1986,p.364)*

A integração de indivíduos diferentes numa sociedade tem sua dificuldade, segundo VAYER et RONCIN (1989), pelo fato de que a partir de um certo percentual diferente, a população de origem começa a ter sua identidade ameaçada. Dessa forma, a diferença passa a ser sentida como uma ameaça à integridade, o que provoca reação e defesa.

SILVA (1986) nos diz que a diferença pode existir para melhor ou para pior. No primeiro caso a diferença pode se referir à beleza, ao corpo perfeito ou à inteligência e assim, ela se torna um aspecto positivo que agrada às pessoas,. No entanto, quando ela se torna um aspecto negativo encontramos dificuldades para o relacionamento com pessoas que têm comportamentos irracionais e/ou padrões de desenvolvimento físico ou de aparência anormal ao padrão humano.

O mesmo autor ainda nos diz que os motivos da marginalização são muitos, mas os mais evidentes se relacionam com a apresentação visual ou ao comportamento apresentado diante o grupo. Dessa forma, para que a criança deficiente seja aceita ela precisa ser aceitável, ter autonomia pessoal e não apresentar comportamentos de oposição, pois crianças toleram a diferença desde que essa não as ameace com situações de perigo.

Apesar dessa dificuldade, ela não deve ser transformada num empecilho para a integração, visto que não são todas as pessoas deficientes que podem vir a causar esse tipo de problema. Sendo assim, as pessoas “ameaçadoras” à integridade das outras devem ser atendidas em locais especializados, onde suas necessidades serão atendidas.

A grande maioria das pessoas deficientes têm condições de serem integradas na escola, espaço de integração do indivíduo na sociedade onde o mais

importante é o aspecto social, que compreende as relações entre crianças com adultos e com outras crianças.

*“Nessa perspectiva educacional, provindo de que classe social for, portador dessa ou daquela deficiência, o educando, considerado de um lado, individualmente, na sua singularidade, e de outro, coletivamente, na sua relação com o grupo da instituição escolar, retoma seu lugar como elemento mais importante do processo educativo.” (CABRAL, 1988,p.20).*

É relevante no processo de integração a capacidade de comunicação da criança, que influi mais no seu grau de integração do que a gravidade da sua deficiência. De acordo com VAYER et RONCIN (1989), a inserção das crianças na escola tem seus limites baseados nessa capacidade de comunicação, pois nota-se que crianças que são apenas toleradas e não participam da vida na classe não tiram proveito da integração (sendo melhor achar outras soluções para sua educação).

Percebe-se que o problema não é resolvido com o direito à matrícula garantido ou a concessão de um lugar na classe, mas sim no convívio com os outros em que a comunicação seja possível e traga satisfação.

Segundo MANTOAN, o ambiente escolar deve ser cooperativo, rico em estímulos físicos e sociais e permitir ao aluno se comportar de forma ativa e construir seus conhecimentos. Dessa forma suas auto-regulações mentais, a atualização de seu potencial intelectual e processos de desenvolvimento ocorrem com mais freqüência e facilidade.

A criança deficiente necessita da DIFERENÇA para que possa estabelecer trocas, pois num grupo homogêneo, não existe a necessidade de ajuda mútua. Por isso, a integração permite incluí-la num meio em que todos têm particularidades que podem oferecer a ela mecanismos de aprendizagem, superação e trocas favoráveis ao seu desenvolvimento.

*“O trabalho na escola coloca a questão do lugar do coletivo, entendido este como uma outra instância em que é possível considerar a multiplicidade e pluralidade, não se reduzindo ao aspecto da*

*igualdade entre os integrantes.” (CABRAL, 1988,p.21).*

Além disso, a criança precisa também da SEMELHANÇA, para que ela não se torne foco de estranheza na classe onde só ela é “diferente”. Não se pode cometer o erro de incluir apenas uma criança deficiente numa sala.

De acordo com VAYER et RONCIN (1989), as trocas só são possíveis num sistema aberto, cujo critério de inserção é a capacidade de participar das interações no conjunto. Já num sistema fechado que se direciona para a uniformização dos elementos, o critério de inserção se justifica pela competência escolar.

Um aspecto importante que deve ser levado em conta é a influência que o ambiente exerce no comportamento das pessoas. As condições de desenvolvimento não são as mesmas para todas as crianças, sejam elas deficientes ou não. Dessa forma, crianças “normais” também não se adaptam facilmente a todas as situações.

Apesar das condições em que se realiza, o desenvolvimento das crianças deficientes se dá da mesma forma que o das outras no que diz respeito às “(...) etapas da conquista da autonomia e do conhecimento manifestam-se na mesma ordem e pelas mesmas razões.” ( VAYER et RONCIN, 1989,p.29).

Como pode se perceber, a inadaptação ao mundo da escola não é “privilégio” das crianças deficientes pois isso depende do meio em que ela convive, sendo a falta de estimulação desse meio uma das principais causas do fracasso escolar dessas crianças.

*“A criança fica fechada num sistema negativo que a deixa incapaz de enfrentar o real, já que toda informação é deformada, e o desvio torna-se a inadaptação” (VAYER et RONCIN, 1989,p.27).*

Por isso a criança deficiente, para se proteger em sua integridade e autonomia, corta a comunicação e tem comportamentos de oposição. Daí a importância do desenvolvimento se dar de forma harmoniosa em um meio que forneça à criança sentimentos de segurança, de autonomia e de poder agir.

Estudos referidos em artigo de MANTOAN revelam:

*“(...) a inserção escolar dessas pessoas no ensino regular poderá contribuir significativamente para estimulá-las a se comportarem ativamente, diante dos desafios do meio; abandonando no possível, os condicionamentos, a dependência que lhe são típicos, dentro e fora da escola.” (p.3).*

Com isso a autora procura esclarecer que o ambiente da escola exige da criança deficiente certas atitudes que lhe são poupadas na vida diária pelas pessoas que, ou as subestimam ou as protegem de maneira exagerada, impedindo seu desenvolvimento de forma integral.

A estrutura escolar organizada, com a pedagogia formal, que elimina as diferenças e não respeita a autonomia das crianças provoca angústia até nas crianças “normais” e acaba por excluir as “deficientes”.

Retomando MANTOAN, em seu artigo citado acima, o desenvolvimento das crianças deficientes se dá melhor num *“meio escolar livre de imposições e de tensões sociais, afetivas e intelectuais.”* (p.3), e a atualização das habilidades intelectuais desses alunos

*“decorre de uma prática de ensino em que a curiosidade, o interesse, a significação do objeto de conhecimento mobilizam o sujeito a pensar, a descobrir, a criar para alcançar seus objetivos.”* (p.3).

Por isso a integração da criança deficiente é incompatível com a concepção orgânica da escola, onde *“não há lugar para a pessoa global, somente para o intelecto”* (VAYER et RONCIN, 1989,p. 113).

Para que o processo de integração se torne viável são necessárias mudanças nessa concepção de escola, como apontam VAYER et RONCIN:

*“a integração das crianças deficientes na classe não pode ser imposta por decreto, ela só é possível se mudarmos nossas atitudes. Essa mudança modifica simultaneamente nossos conceitos e o modo de compreender nosso papel na escola.”* (1989,p.158).

A primeira mudança a ser feita é no que diz respeito ao sistema de referência do processo de ensino, que deverá então basear-se não mais apenas em função da aprendizagem, e sim das interrelações e interações entre as crianças, evidenciando não O QUE ela aprende , mas COMO ela aprende, que é o essencial.

*“Nesse conjunto de interrelações e interações, a criança deficiente não é diferente das outras, ela tem os mesmos motivos, mesmo não tendo os mesmos meios. Não é ela que deve se adaptar, é o professor que deve ajustar suas propostas ou suas intervenções.” (VAYER et RONCIN, 1989,p.113).*

À medida que o professor intervém em função do COMO NÓS SABEMOS e não DO QUE NÓS SABEMOS, ele se torna apto a desenvolver estratégias para facilitar a integração na classe daqueles que todos acreditam nela não terem lugar.

Os professores que centram a atividade no ensino esperam da criança um conhecimento que ela “deveria” possuir de acordo com a sua faixa etária, traduzindo a aprendizagem e o conhecimento em termos de aquisição em função das “etapas de desenvolvimento”. Nesse caso, o papel do aluno se resume a dar respostas às questões propostas, copiar informações ou cumprir instruções de acordo com uma sequência determinada.

Já num sistema que desloque o eixo do ENSINAR para o APRENDER, o trabalho pedagógico passa a se centrar na aprendizagem e o aluno se transforma em sujeito, e não mais objeto, do processo.

Outro problema que agrava em muito a dificuldade de integração da criança deficiente são as atitudes por parte dos adultos, que

*“não confiam nas capacidades da criança de regular e ajustar suas interações, logo, na sua capacidade de aprender por si mesma. Aí está todo o problema: o desenvolvimento da criança é uma auto construção e o sistema da escola o substitui por um condicionamento a aprendizagens específicas e a normas que não têm nenhum valor heurístico e estigmatizam a diferença.” (VAYER et RONCIN, 1989,p.113).*

De acordo com tudo isso, as relações normatizadas constituem um obstáculo para integração da criança deficiente e sua aceitação na escola.

Além disso, condicionamentos escolares e culturais dificultam a aceitação da integração por parte dos professores. Muitas vezes são os adultos que acentuam as diferenças entre as crianças, por comparações e julgamentos que levam a deficiência a se tornar um desvio em comparação à norma.

O fracasso é sentido mais pelo adulto do que pela criança, porque ele ao compará-la espera outros resultados e comportamentos que não são atingidos, o que provoca tensões no próprio adulto que repercutem na criança agravando ainda mais a não aceitação de sua pessoa e da sua experiência.

*“É a má aceitação da tentativa e de seu resultado, por parte das pessoas que rodeiam a criança, que a faz perceber o malogro em sua relação com o mundo circundante.” (VAYER et RONCIN, 1989,p.26).*

A consequência disso é que a sua desvantagem acaba se tornando um atributo. Como foi dito por VAYER et RONCIN, *“na realidade, a situação dada ao deficiente é sempre discriminatória e contribui, na maioria dos casos, para fechar a criança em seu status de inadaptada.”* (1989,p.64).

Como tudo nos mostra, torna-se viável ao processo de integração uma melhor atitude de aceitação das diferenças e também uma mudança de entendimento do sistema de ensino, que deve passar a se centrar mais no processo do aprendizado do que nos resultados pré-estabelecidos que devem ser obtidos.

**MANTOAN**, responsável pelo **Programa Escola Inclusiva do Projeto de Assessoria Pedagógica à Secretaria de Educação do Município de Santo André/SP**, afirma que as escolas inclusivas

*“(...) se caracterizam por reconhecer e respeitar em suas turmas, a diversidade dos alunos e as diferentes manifestações destes, diante da construção do conhecimento. Em outras palavras, estas escolas não excluem os alunos, pois não têm valores e medidas pré-determinantes de desempenho escolar, considerando relevante essa*

*diversidade para o desenvolvimento das áreas curriculares.”*

Os autores VAYER e RONCIN propõem uma tendência dinâmica ou humanista, que diferentemente da conservadora, que exclui a deficiência, dá segurança e resultados convincentes. Nessa tendência,

*“reconhece-se que o projeto da escola não é tanto o de ensinar a ler ou escrever -ler e escrever são os meios - como o de favorecer na medida do possível o desenvolvimento da criança, principalmente o desenvolvimento das capacidades de imaginação e de adaptação às mudanças, pois essas são as capacidades que serão essenciais na sociedade de amanhã”.*

*Convém, portanto, mudar a concepção orgânica da escola. Para que isso aconteça cumpre mudar os modos de relacionamento e dar crédito à capacidade geral da criança de aprender por si mesma. Nessa abordagem humanista, a integração das crianças deficientes é evidente. Por isso, a integração delas na classe, quando têm um mínimo de autonomia claro, é considerada como um dado essencial pois é o único fator que pode desencadear a evolução de um sistema estratificado em sua tradição.” (1989,p.55).*

Os mesmos, ainda, sugerem que o processo de integração se inicie o mais cedo possível para a criança, de preferência na pré-escola, pois enquanto pequenas elas ainda não estão deformadas pelo sistema escolar, por isso as relações entre as crianças normais e as deficientes nessa fase é mais fácil e espontânea. Outra vantagem é que, mais tarde, as relações anteriores com a deficiência facilitam e melhoram as atitudes dos alunos.

Além disso, OLIVEIRA afirma:

*“Crianças que frequentam escola especial têm maior dificuldade de passar ao ensino regular do que aquelas que são incluídas desde a pré-escola em classes “normais”. A experiência confirma a tese de que o espelhamento da criança pequena exclusivamente com seus iguais dificulta seu*

*desenvolvimento e muitas vezes leva à intensificação do seu sintoma.” (1997,p.139).*

Isso reforça a idéia de que a criança precisa da diferença para se desenvolver melhor e que é na convivência com crianças normais que ela recebe estímulos para superar suas desvantagens.

Pesquisas revelam que feita a integração na fase pré-escolar os progressos ocorrem para os dois lados, sendo sempre favorável para a criança deficiente sem prejudicar as outras crianças. Dessa forma, é bom que as crianças deficientes sejam na medida do possível, incluídas na escola desde os primeiros anos de escolarização, quando o mais importante para as crianças é o relacionamento com as outras, ao contrário do que acontece quando as crianças vão ficando mais velhas e os interesses se diversificam, ficando a situação das crianças deficientes entre a aceitação e a tolerância.

De uma forma geral, o **respeito às individualidades** da criança, o **reconhecimento** e a **aceitação** das diferenças entre as pessoas, o **estímulo** do ambiente, as **oportunidades** de comunicação e trocas, o **favorecimento ao desenvolvimento** e não o destaque no **comprometimento**, a **ênfase nas capacidades** e não nas **desvantagens** e a oferta de **possibilidades** são princípios que todos devem ter em mente (e também no coração) quando falarmos em **INTEGRAÇÃO**.

VAYER et RONCIN esclarecem:

*“quando nos tornamos capazes de ouvir a criança, de tolerar certos comportamentos ou respostas diferentes, de favorecer as trocas... o processo de mudança está iniciado e é irreversível.” (1989,p.180).*

## CAPÍTULO 5

### O Papel da Educação Física

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

As aulas de Educação Física são, para muitos, fonte de prazer e alegria sempre bem esperadas dentro do período na escola. É a partir dessa característica que ela poderá contribuir para o processo de Inclusão das crianças com necessidades especiais dentro da escola regular.

A Educação Física, com seus conteúdos e objetivos próprios, pode contribuir para um melhor desenvolvimento da criança tanto nos aspectos motores, quanto em outros aspectos, tais como: cognitivo, afetivo e social, afinal,

*“Desenvolver a motricidade não é apenas apresentar maior rendimento em determinadas habilidades (...), bem mais que isso, significa adquirir melhores recursos para se relacionar com o mundo dos objetos e das pessoas.” (FREIRE, 1989,p.56).*

O espaço das aulas de Educação Física é, ou deveria ser, sempre um espaço de “liberdade”, onde a criança se sente à vontade para correr, brincar, pular, jogar e fazer atividades que não são permitidas dentro da sala de aula, atividades essas, que são próprias da criança e ocupam a maior parte do seu tempo e dos seus interesses.

Na criança deficiente esse aspecto não é diferente, pois ela também consegue realizar todas essas tarefas, o que permite a sua inclusão na escola normal e gera aceitação pelos colegas, principalmente na pré-escola, melhor fase para iniciar o processo de integração, como já foi dito anteriormente.

Nessa fase as ações corporais predominam sobre as mentais, por isso uma educação que privilegie o movimento das crianças se faz necessária, assim como a presença de um professor de Educação Física *“que levasse a criança a ampliar sua consciência durante os movimentos e não só a fazer as coisas, mas perceber como faz (...)”* (GAIARSA<sup>5</sup>, 1995,p.30). Feito isso, uma posterior “educação intelectual” teria maiores resultados.

---

<sup>5</sup> Cito o respectivo autor, José Ângelo Gaiarsa, pelas suas idéias com relação à necessidade e importância das aulas de Educação Física para crianças; porém ressalto aqui que o mesmo assumiu frente a profissionais dessa faculdade não acreditar no trabalho com pessoas portadoras de deficiência, considerando um gasto sem retorno.

A contribuição da Educação Física para o desenvolvimento cognitivo da criança é bastante estudada por FREIRE, e como ele mesmo afirma, a inteligência corporal precede a inteligência propriamente dita e perdura além da estruturação do pensamento.

O autor ressalta a importância da compreensão durante a atividade, que significa não só o *fazer por fazer* e sim o *fazer e compreender*, que constitui uma *Educação de Corpo Inteiro*, denominação feita por ele.

GAIARSA, FREIRE e REZENDE citam Piaget em seus trabalhos no que diz respeito à manipulação de idéias feitas pelas crianças, que é mais eficaz quando há experiência através do próprio corpo, ou seja, "*manipulação concreta (com as mãos) e abstrata (com idéias) são homólogas.*", (GAIARSA, 1995,p.29). Ou como o próprio mestre francês afirma: "*you aprende a manipular idéias intelectualmente, na exata medida em que você consegue manipular objetos manualmente.*" (PIAGET, apud GAIARSA, 1995,p.77).

A criança, segundo FREIRE, *é uma especialista em brinquedo*, e nada melhor para a sua aprendizagem do que proporcionar a ela atividades lúdicas, de jogo, faz-de-conta, as quais contribuem para o seu processo de aquisição de estruturas cognitivas e lhe permite compreender melhor o mundo.

*"Ora, o ser que brinca é o mesmo que compreende. A criança que brinca em liberdade, podendo decidir sobre o uso de seus recursos cognitivos para resolver os problemas que surgem no brinquedo, sem dúvida alguma chegará ao pensamento lógico de que necessita para aprender a ler, escrever e contar."* (FREIRE, 1989,p.39-40).

Percebe-se com isso que a Educação Física auxilia o desenvolvimento de capacidades e habilidades acadêmicas, pois as experiências motoras estimulam o desenvolvimento das habilidades intelectuais. (CRATTY apud REZENDE, 1997).

A Educação Física trabalhada com o intuito de estimular a "inteligência pelo movimento", propiciando à criança condições de manipulação, experiência e descoberta pelo próprio corpo, torna a assimilação de conhecimentos mais efetiva e capacita a criança deficiente a obter um melhor desempenho acadêmico desenvolvendo condições para sua integração escolar. (REZENDE 1997).

A tarefa de auxiliar o desenvolvimento da inteligência através de atividades motoras é um importante papel da Educação Física nas escolas inclusivas, visto que o mais grave problema da inadaptação das crianças à escola é o não acompanhamento das atividades “intelectuais”. Dessa forma, um trabalho organizado e consciente dos professores de Educação Física dentro da escola só tem a contribuir para a melhora do desenvolvimento de todas as crianças.

O aspecto social também tem sua importância dentro do processo de Inclusão, e o espaço da aula de Educação Física é um bom momento para se trabalhar as relações entre as pessoas. Antes porém, é preciso que a criança já tenha a sua imagem corporal consolidada, que ela se reconheça, para passar a ter consideração pelo outro e a se relacionar com os demais.

À medida que as relações entre as crianças vão se estabelecendo, seu comportamento social passa a se manifestar mais claramente e nas aulas de Educação Física isso ocorre de maneira privilegiada.

Os jogos, as brincadeiras, o esporte, são atividades que requerem organização, estabelecimento de regras, definição de papéis, cooperação, socialização, competição, autonomia. Atividades em grupo demandam a colaboração de todos e, na maioria das vezes, todos se esforçam para conseguir realizar as tarefas e se empenham no cumprimento das regras.

Esses são, dentre outros, fatores que exigem das crianças a capacidade de se relacionar e estabelecer trocas entre si. Além disso, despertam noções de respeito e consideração pelo outro. Desse modo, a Educação Física se constitui num espaço de construção social, onde todos participam e interagem.

Torna-se importante, portanto, que seus objetivos não se direcionem somente para as conquistas de melhoras motoras e sim para a busca de um envolvimento mais amplo em termos sociais, propiciando a participação de todas as crianças, independente do seu nível de desenvolvimento em qualquer aspecto.

Propiciar a experimentação e a vivência, propor tarefas, aumentando gradualmente o nível de dificuldade do que foi proposto, criar desequilíbrios para provocar uma nova aprendizagem, levando em conta a realização anterior, são meios de permitir à criança se desenvolver de acordo com o seu ritmo.

FREIRE afirma que qualquer aprendizagem serve de base para uma aprendizagem superior. Partindo disso, o programa das aulas deve ter como ponto

de partida a aprendizagem inicial da criança, mas nunca deve ser estabelecido um ponto de chegada, visto que os progressos são individuais devido às diferenças particulares de cada aluno. O autor aponta que:

*“Uma proposta pedagógica não pode estar nem aquém nem além do nível de desenvolvimento da criança. Uma boa proposta, que facilite esse desenvolvimento, é aquela em que a criança vacila diante das dificuldades mas se sente motivada, com seus recursos atuais, a superá-las, garantindo as estruturas necessárias para níveis mais elevados do conhecimento.”* (1989, p.114).

Para isso, é preciso que o professor respeite as características individuais das crianças e parta do conhecimento e experiência de cada uma, sem esperar dela performance motora ou habilidades para realizar todas as tarefas, e sim oportunizar condições para que ela se desenvolva e tenha progressos a partir daquilo que ela já conhece, considerando que os desafios sejam sempre adequados à condição de realização de cada criança.

Esse é um dos princípios básicos da Integração e também a melhor forma de propiciar a Educação para Todos, uma vez que ao tratar cada indivíduo como único não existe, portanto, a necessidade de excluir ninguém que esteja fora de padrão.

FREIRE resume bem essa idéia ao dizer:

*“É importante não homogeneizar a classe. As crianças são diferentes no início e serão diferentes no final do processo educativo. Não adianta querer transformá-las em iguais segundo padrões estabelecidos. Quem é igual não tem o que trocar; por isso, é necessário conservar-se diferente. As relações, os direitos, as oportunidades, é que têm que ser iguais não os gestos, os comportamentos, os pensamentos, as opiniões.”* (1989, p.206).

Outro ponto importante para uma melhor integração das crianças com necessidades especiais é desenvolver seus aspectos afetivos, possibilitando a elas uma maior autonomia, auto-confiança, liberdade para se expressar e para se relacionar.

Mais uma vez, o espaço da Educação Física se torna um lugar propício para que as crianças portadoras de deficiência ajam de forma a se tornarem mais aptas para se integrarem com sucesso.

Atividades livres de pressões num lugar em que não estão presentes o estresse e o desgaste mental da sala-de-aula e onde não existem cobranças de rendimento e resultados são a melhor forma da criança se aliviar e relaxar, dissipando suas tensões e inibições, abrindo espaço para novas aprendizagens.

Além disso, FREIRE ressalta que o prazer proporcionado pelas tarefas lúdicas gera motivação e estimula a criança a *“superar dificuldades que normalmente não superaria em outras circunstâncias.”* (1989, p.47.), aumentando a sua auto-estima e sua autonomia para se relacionar com o mundo.

A criança que brinca, corre, joga, participa, faz e compreende, opina, sugere e apresenta características sadias, de vigor físico, sem fragilidade, é uma criança que será sempre solicitada a participar das atividades.

São esses, dentre outros, os aspectos que a Educação Física deve trabalhar, com o objetivo de proporcionar a todas as crianças, deficientes ou não, um desenvolvimento integral com vistas a torná-las capazes de participar de um sistema de educação comum a todos, auxiliando e facilitando com isso os processos de integração e inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho tornou possível uma nova visão da deficiência. O problema não é ela em si, mas a forma como é tratada.

Excluir certos alunos, relegá-los a uma “Educação Especial” que só os delimita mais e tratá-los como seres impossíveis de desenvolvimento é um erro que se torna quase irreversível, se não forem tomadas providências urgentes.

O ambiente em que a criança cresce, o tratamento que lhe é dispensado, o atendimento lhe dado, as condições de ensino, são formas de aumentar ou diminuir as implicações da sua deficiência.

Com isso, torna-se prioritário favorecer a essas crianças condições de desenvolvimento e de vida que lhe permitam fazer parte integrante da sociedade.

Ao mesmo tempo, é necessário sensibilizar essa sociedade para receber crianças e pessoas diferentes e tratá-las sem preconceito e discriminação, como acontecia e ainda acontece.

Em um primeiro momento pode parecer utópico falar de Inclusão ou Integração ao nos depararmos com as mudanças que devem ser feitas e as atitudes que devem ser tomadas.

Mas temos que nos conscientizar que tudo isso vai além da causa pelas pessoas portadoras de deficiência, pois é um projeto de melhoria da sociedade de forma a torná-la mais igualitária e humana.

Dessa forma, torna-se necessário que todas as pessoas - comunidade, governo, educadores e outros profissionais - façam parte da luta por este processo, a fim de que se construa uma verdadeira democracia.

Devemos lembrar que todos nós, seres humanos, somos passíveis de sermos ou nos tornarmos deficientes. Talvez pensando assim, embora seja um pouco pessimista, as pessoas que se julgam melhores que as outras, parem para pensar no próximo ao se colocar no lugar dele, e percebam que ninguém está a salvo das leis naturais e que não podemos escolher a nossa situação.

## BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. O Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores.... Brasília,1995. 32p.

CABRAL, S.V. Educar vivendo: o corpo e o grupo na escola. Porto Alegre: Artes Médicas,1988. 86p.

CARNEIRO, R. Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular. *Integração*, Brasília, n.19, p.32-34. 1997.

CARRARO, L.F. A Criança de Classe Especial: Percepção dos Atores Sociais Envolvidos. in: CONGRESSO BRASILEIRO, 2 e ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE SÍNDROME DE DOWN, 1, BRASÍLIA, 1997. Anais... Brasília: MEC, 1997. p.219-24.

CANZIANI, M.L.B. Educação Especial: visão de um processo dinâmico e integrado.

Curitiba: Educa, 1985. 108p.

COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília,1994. 54p.

FREIRE, J.B. Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione,1989. 224p.

FONSECA, V. da. Educação Especial. Programa de Estimulação Precoce: uma introdução às idéias de Feubstein. 2.ed. rev.aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GAIARSA, J.A. Sobre uma Escola para o Novo Homem. São Paulo: Gente,.

1995. 153p.

JANNUZZI, G. A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

MALBRÁN, M.del C. Modelos Comunitários e Deficiência: Desafios para os Profissionais. *Integração*, Brasília, n.19,p.9-15. 1997.

MANTOAN, M.T.E. Contribuições da Pesquisa e Desenvolvimento de Aplicações para o Ensino Inclusivo de Deficientes Mentais. (mimeo).

\_\_\_\_\_. Projeto de Acessoria Pedagógica à Secretaria de Educação do Município de Santo André / SP, Programa Escola. Inclusiva (mimeo).

MAZZOTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, S.L.de C. Inclusão: Presente e Futuro que dá certo. in: CONGRESSO BRASILEIRO, 2 e ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE SÍNDROME DE DOWN, 1, BRASÍLIA, 1997. Anais... Brasília: MEC, 1997. p.138-41.

OLIVEIRA, V.M. Atividades Motoras e Esporte com a Pessoa Portadora de Síndrome de Down, no Programa de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência na UFU. in: CONGRESSO BRASILEIRO, 2 e ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE SÍNDROME DE DOWN, 1, BRASÍLIA, 1997. Anais... Brasília: MEC, 1997. p.217-9.

REZENDE, A.L.G. Esporte e Integração Social. in: CONGRESSO BRASILEIRO, 2 e ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE SÍNDROME DE DOWN, 1, BRASÍLIA, 1997. Anais... Brasília: MEC, 1997. p.305-7.

ROSADAS, S.de C. Educação Física Especial para Deficientes: fundamentos da

avaliação e aplicabilidade dos programas sensório motores em deficientes.

Rio de Janeiro - São Paulo: Livraria Atheneu,1991.

SANTOS, M.R.dos. Programa de Municipalização da Educação Especial: Desafio de Educação para Todos passa pela Integração do Aluno com Deficiência.

*Integração*, Brasília, n.19,p.6-8. 1997.

SILVA, O.M.da. A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: Cedas,1986. 470p.

TIBOLA, I.M. Escolas Públicas: Situação Atual e Avanços na Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais. in: CONGRESSO BRASILEIRO,2 e ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE SÍNDROME DE DOWN,1, BRASÍLIA,1997.

Anais ... Brasília: MEC,1997. p.132-6.

VAYER, P.et RONCIN, C. Integração da Criança Deficiente na Classe. São Paulo: Manole Itda,1989.